

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Execução Penal



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

1118413

- Fechamento desta edição: 02.02.2018

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de execução penal / Guilherme de Souza Nucci. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7954-6

1. Execução penal - Brasil. 2. Direito penitenciário - Brasil. I. Título.

18-47785

CDU: 342.2.01(81)

Antonio Rocha Freire Milhomens - Bibliotecário - CRB-7/5917

Sumário

CAPÍTULO I – Noções gerais	1
1. Fundamentos constitucionais	1
2. Conceito de execução penal	3
2.1. Sentença e decisão criminal	3
3. Natureza jurídica da execução penal	3
4. Autonomia do Direito de Execução Penal	4
5. Direito Penitenciário	5
6. Finalidade da pena	6
7. Jurisdição ordinária e jurisdição especial	7
7.1. Lei de Execução Penal e Código de Processo Penal	8
7.2. Execução provisória da pena	8
7.2.1. Direitos e deveres do preso provisório	10
7.2.2. Execução provisória e prisão especial	10
7.2.3. Execução provisória da medida de segurança	11
8. Jurisprudência selecionada	12
9. Resumo do capítulo	13
CAPÍTULO II – Direitos dos condenados	15
1. Punição e direitos gerais	15
2. Cooperação da comunidade	17
3. Jurisprudência selecionada	17
4. Resumo do capítulo	18

CAPÍTULO III – Da classificação.....	19
1. Classificação do condenado.....	19
1.1. Antecedentes.....	20
1.2. Personalidade.....	20
2. Diferença entre exame de classificação e exame criminológico.....	21
2.1. Função da Comissão Técnica de Classificação.....	22
2.2. Importância da Comissão Técnica de Classificação.....	23
2.3. Importância do exame criminológico.....	23
2.4. Análise da personalidade.....	24
2.5. Identificação do perfil genético.....	24
2.5.1. Constitucionalidade da medida.....	25
2.5.1.1. Seletividade dos crimes.....	26
3. Jurisprudência selecionada.....	28
4. Resumo do capítulo.....	29
CAPÍTULO IV – Assistência ao preso e ao egresso.....	31
1. Noções gerais.....	31
2. Modalidades de assistência.....	31
2.1. Assistência material e remição.....	32
2.2. Assistência à saúde.....	32
2.3. Assistência médica à mulher e ao recém-nascido.....	33
2.4. Assistência jurídica obrigatória.....	33
2.4.1. Defensoria Pública.....	34
2.5. Assistência educacional.....	34
2.6. Assistência social.....	37
2.7. Assistência religiosa.....	37
2.8. Assistência ao egresso.....	37
2.8.1. Conceito de egresso.....	38
3. Jurisprudência selecionada.....	38
4. Resumo do capítulo.....	40
CAPÍTULO V – Do trabalho.....	41
1. Trabalho obrigatório.....	41
2. Individualização executória da pena sob o enfoque do trabalho.....	45
3. Banco de horas.....	46
4. Trabalho do preso e responsabilidade do Estado.....	47
5. Privatização de presídios.....	48
6. Trabalho externo.....	49

6.1. Requisitos para o trabalho externo.....	51
6.2. Causas para a revogação do trabalho externo.....	51
7. Jurisprudência selecionada.....	52
8. Resumo do capítulo.....	53
CAPÍTULO VI – Dos deveres, dos direitos e da disciplina	55
1. Deveres do condenado.....	55
2. Direitos do condenado.....	59
2.1. Visita íntima.....	65
2.2. Direitos dos presos provisórios	68
2.3. Direitos dos internos.....	68
3. Disciplina.....	69
3.1. Legalidade	70
3.2. Normas disciplinares	72
3.3. Faltas disciplinares	73
3.4. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	79
3.4.1. Constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado....	80
4. Sanções e recompensas	84
5. Aplicação das sanções	89
5.1. Procedimento disciplinar	90
6. Jurisprudência selecionada.....	93
7. Resumo do capítulo.....	101
CAPÍTULO VII – Dos órgãos da execução penal.....	105
1. Órgãos de execução penal.....	105
2. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	108
3. Juízo da execução	110
4. Ministério Público.....	118
5. Conselho Penitenciário.....	119
6. Departamento Penitenciário.....	120
7. Direção e pessoal dos estabelecimentos penais.....	121
8. Patronato.....	122
9. Conselho da Comunidade.....	122
10. Defensoria Pública	123
11. Jurisprudência selecionada.....	124
12. Resumo do capítulo.....	127
CAPÍTULO VIII – Dos estabelecimentos penais	129
1. Preceitos gerais.....	129
2. Mobilidade do preso	138

3.	Penitenciária.....	140
4.	Colônia penal.....	143
5.	Regime aberto.....	145
6.	Centro de Observação.....	146
7.	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	147
8.	Cadeia pública.....	148
9.	Jurisprudência selecionada.....	149
10.	Resumo do capítulo.....	151
CAPÍTULO IX – Da execução das penas em espécie.....		155
1.	Início da execução penal.....	155
2.	Execução provisória da pena.....	155
3.	Guia de recolhimento.....	156
4.	Regimes.....	158
5.	Critérios para a progressão da pena.....	161
5.1.	Progressão por saltos e falta de vagas.....	168
5.2.	Procedimento para o livramento condicional, indulto e comutação de penas.....	169
5.3.	Regime aberto.....	169
5.4.	Prisão albergue domiciliar.....	171
6.	Regressão de regime.....	172
7.	Autorizações de saída.....	174
7.1.	Permissão de saída.....	174
7.2.	Saída temporária.....	175
7.2.1.	Trabalho externo.....	178
7.2.2.	Período de saída temporária.....	178
8.	Remição.....	181
9.	Livramento condicional.....	188
9.1.	Condições do livramento.....	191
9.2.	Cerimônia do livramento.....	193
9.2.1.	Apoio ao liberado.....	194
9.2.2.	Revogação do livramento.....	195
9.2.3.	Procedimento da revogação.....	196
9.2.4.	Prática de nova infração penal durante o livramento....	197
9.2.5.	Extinção do livramento sem revogação.....	198
10.	Monitoração eletrônica.....	199
10.1.	Hipótese de cabimento.....	199
10.2.	Deveres e cuidados por parte do condenado.....	200

10.3. Hipóteses de revogação	201
11. Penas restritivas de direitos	203
11.1. Disposições gerais	203
11.2. Revogação da pena restritiva de direitos	204
11.3. Alteração da forma de cumprimento	204
11.4. Prestação de serviços à comunidade	205
11.5. Limitação de fim de semana	207
11.5.1. Limitação de fim de semana e violência doméstica	208
11.6. Interdição temporária de direitos	209
11.7. Descumprimento da pena	211
12. Suspensão condicional da pena	212
12.1. Conceito e natureza jurídica	212
12.2. Duração e condições	212
12.3. Alteração das condições e fiscalização	213
12.4. Formalidades da concessão	215
12.5. Revogação do <i>sursis</i>	216
13. Pena de multa	216
13.1. Como deveria ser o cumprimento da pena de multa	216
13.2. Como ficou o cumprimento da pena de multa	217
13.3. Parcela duvidosa da aplicação da lei	218
14. Jurisprudência selecionada	219
15. Resumo do capítulo	227
CAPÍTULO X - Da execução das medidas de segurança	237
1. Disposições gerais	237
2. A cessação da periculosidade	238
3. Jurisprudência selecionada	243
4. Resumo do capítulo	244
CAPÍTULO XI - Dos incidentes de execução	247
1. As conversões	247
2. Conversões positiva e negativa	247
3. Conversão da pena em medida de segurança	251
4. Reconversão da medida de segurança em pena	253
5. Excesso ou desvio de execução	254
6. Anistia e indulto	255
7. Jurisprudência selecionada	257
8. Resumo do capítulo	258

CAPÍTULO XII – Do procedimento judicial	261
1. Procedimento executório	261
2. Recurso	262
3. Disposições gerais.....	262
3.1. Sigilo.....	262
3.2. Algemas	263
3.3. Condenado político	263
3.4. Separação de presos diferenciados.....	263
3.5. Sigilo dos antecedentes.....	264
4. Jurisprudência selecionada.....	264
5. Resumo do capítulo.....	266
Bibliografia.....	267